

Cleide Calgaro
Agostinho Oli Koppe Pereira
Paulo César Nodari
Organizadores

O HIPERCONSUMISMO E A DEMOCRACIA:

os reflexos éticos e socioambientais



O hiperconsumismo e a democracia: os reflexos éticos e socioambientais

Organizadores:

Cleide Calgaro

Agostinho Oli Koppe Pereira

Paulo César Nodari

30 anos de jornalismo e democracia no Brasil: legitimidade política, econômica e social¹

Agemir Bavaresco*

Giovane Martins**

Brenda Bones***

Na trajetória de 30 anos de democracia no Brasil, a mídia e, especificamente, os jornais, divulgaram sua opinião sobre as instituições políticas e o desenvolvimento econômico e social do País. Será que os editoriais de jornais legitimaram, como expressão da opinião pública, o processo de democratização do País? Qual foi o posicionamento dos editoriais a respeito dos fatos selecionados na pesquisa empírica dos jornais? Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar que analisa os editoriais de jornais, a partir de três fatos: Eleição direta em 1989, implementação do Plano Real em 1994 e o 10º ano de implementação do Programa Bolsa Família (2013), para aferir o grau de legitimidade do sistema democrático brasileiro, sob a dimensão política, econômica e social. Será feito um levantamento documental disponível no acervo digital de jornais de cada época dos fatos selecionados. A legitimidade política, econômica e social desenvolveu-se à medida que as estruturas de publicidade alcançavam autonomia, garantindo a livre expressão da opinião, através das mídias e, especificamente, nos jornais. A cidadania tornou-se crítica, permitindo a legitimação de novas demandas, construindo novos cenários sociopolíticos. Assim, a democracia nestes 30 anos alcançou um certo nível de estabilidade, atravessada por contradições que exigem novas mediações democráticas.

¹ Este capítulo de livro foi publicado como artigo:

BAVARESCO, Agemir; SOUZA, Draiton Gonzaga. Representação social e cenários brasileiros. *Revista Jurídica do Cesuca*. v. 2, n. 3, p. 14-22, 2014.

* Doutor em Filosofia pela Universidade Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). Professor e coordenador do PPG Filosofia/PUCRS. Coordenador do Grupo Pesquisa CNPq Filosofia & Interdisciplinaridade. *E-mail*: abavaresco@pucrs.br; site: www.abavaresco.com.br

** Acadêmico em Filosofia da PUCRS. Bolsista CNPq. *E-mail*: giovane.martins1994@gmail.com

*** Acadêmica em Comunicação da PUCRS. Bolsista BPA. *E-mail*: brenda.bones@acad.pucrs.br

Legitimidade da democracia

Muitos regimes democráticos surgidos ao longo do século XX oscilaram entre dois cenários: alguns foram incapazes de sobreviver por muito tempo e outros funcionam mal. O funcionamento efetivo dos regimes democráticos depende do apoio popular e da legitimidade atribuída às instituições políticas pelos cidadãos. A consolidação dos novos regimes, nos processos de democratização em todo o mundo, depende de um apoio atitudinal estável ao novo regime entre os seus cidadãos. O ponto de vista das atitudes e um regime democrático está consolidado, quando a maioria da opinião pública acredita que os procedimentos e as instituições democráticas constituem o modo mais apropriado de governar a vida na sociedade.²

Gunther e Monteiro, no artigo *Legitimidade política em novas democracias* (2003),³ apresentam três atitudes em relação à democracia: a legitimidade democrática, ou o apoio difuso à democracia; a satisfação ou a insatisfação com o desempenho da democracia; e a indiferença política.

a) *Legitimidade democrática ou apoio à democracia*: É um conceito que diz respeito às crenças dos cidadãos de que a política democrática e as instituições da democracia representativa são o mais apropriado regime de governo. Trata-se de um tipo ideal, uma vez que se considera a democracia, apesar das falhas e defeitos, melhor em suas instituições do que quaisquer outras que possam ser estabelecidas. Ou, ainda, a democracia é considerada a “menos ruim” de todos os regimes de governo. Enfim, a legitimidade democrática é a crença de que analisada a conjuntura e as condições de um

² GUNTHER, Richard; MONTEIRO, José Ramón. Legitimidade política em novas democracias. *Opinião Pública*, Campinas, vol. IX, n. 1, 2003, p. 2.

³ “Não há um consenso claro sobre se as atitudes de apoio à democracia, de um lado, e a cidadania democrática, de outro, constituem um único domínio atitudinal, ou se são empiricamente distintas uma da outra. Em estudos empíricos de atitudes e comportamentos na Bulgária, Chile, Grécia, Hong Kong, Hungria, Itália, Espanha e Uruguai, encontramos provas claras de que essas atitudes são conceitual e empiricamente distintas, formando três dimensões atitudinais diferentes: apoio difuso à democracia, satisfação com o desempenho da democracia e indiferença política. Esses três grupos têm correlatos comportamentais bem diferentes: a insatisfação leva a votos contra o partido que está no poder; uma falta de apoio difuso ao sistema está associada ao voto nos partidos antidemocráticos; e a indiferença leva a um baixo envolvimento dos cidadãos na política democrática. Não encontramos provas consistentes de que o apoio difuso à democracia (um componente chave da legitimidade do regime) dependa da satisfação com o desempenho da democracia”. (GUNTHER; MONTEIRO, op. cit., p. 1).

país, nenhum outro tipo de regime poderia garantir a efetivação das metas da sociedade local.⁴

b) *Satisfação ou insatisfação com o desempenho da democracia*: A satisfação ou insatisfação com o desempenho das instituições democráticas existentes emerge da comparação entre o que se tem e o que se deveria ter, ou seja, com a capacidade de o governo enfrentar eficazmente e resolver os problemas e as necessidades dos cidadãos. A insatisfação política é a expressão do desagrado dos cidadãos, no que se refere ao desempenho do governo ou ao regime democrático, pois ele não está cumprindo o desejo dos cidadãos.⁵

c) *Indiferença política*: Diferente das atitudes de apoio ou satisfação com a democracia, a indiferença política é uma atitude política de alienação ou afastamento dos membros de suas instituições políticas essenciais. Essa atitude tem vários sintomas, tais como “o desinteresse pela política, um sentimento de ineficácia pessoal, cinismo e desconfiança, a crença de que as elites políticas não se importam com o bem estar dos outros cidadãos e um sentimento geral de alienação do sistema político”.⁶ Essa atitude compartilha com a de insatisfação/descontentamento um sentimento negativo em relação à política, porém, a insatisfação é diferente, pois ela tem fluxos e refluxos, isto é, depende das avaliações momentâneas ou conjunturais do desempenho dos governantes ou das instituições democráticas. Enquanto a indiferença fixa-se em algum estágio do processo de socialização, a insatisfação é marcada pelo fator partidário, isto é, os adeptos dos partidos de oposição estão mais insatisfeitos com o desempenho do governo do que aqueles que se identificam com o partido no poder.⁷

Os autores Gunther e Monteiro afirmam que estas três atitudes acima descritas são empiricamente diferentes, conforme estudos experimentais realizados sobre a Espanha. Por exemplo, a legitimidade democrática ficou estável desde o final da década de 70 até a metade da década de 80, do século XX. A indiferença política permaneceu também estável naquele período, não obstante a euforia com a democratização e o breve período de desencanto

⁴ GUNTHER; MONTEIRO, op. cit., p. 6.

⁵ Ibidem, p. 5-6.

⁶ Ibidem, p. 6.

⁷ Ibidem, p. 6.

que se seguiu. Ao contrário, as atitudes de satisfação/insatisfação flutuaram durante o mesmo período. O nível de satisfação dos cidadãos, durante o período da nova democracia espanhola, por volta de 1977, a respeito do desempenho da democracia, do governo, da situação política do país e das condições da economia foram todas positivas. Depois, todas caíram para um nível muito baixo em 1981, período que coincidiu com a crise econômica espanhola. Em seguida, todas subiram por volta de 1990, após uma década de forte crescimento econômico, e declinaram novamente quando surgiram vários escândalos envolvendo o governo socialista, quando a economia resvalou para a recessão em 1992. E enfim todas subiram quando a economia se recuperou, na metade dos anos 90. Essa pesquisa do caso espanhol mostra, no período estudado, a estabilidade das atitudes, no que diz respeito à legitimidade democrática e à indiferença política. Entretanto, que há uma grande flutuação da atitude de satisfação quanto ao desempenho da democracia, do governo e das condições da economia. Os autores concluem que a legitimidade e a satisfação são duas atitudes diferentes que, por sua vez, se mantêm independentes de atitudes relacionadas com a indiferença política.⁸ Os autores aplicaram esta pesquisa das três atitudes, em relação à democracia espanhola, a outras novas democracias: Uruguai (1994) Chile (1993 e 1999); Grécia (1996), Bulgária (1996), Hungria (1998) e Hong Kong (1998). Mais ou menos todos esses países passaram pela transição de regimes autoritários para a chamada “terceira onda” de democratização.

O apoio aos novos regimes democráticos “depende da satisfação dos cidadãos com o desempenho do governo e das instituições democráticas. E a satisfação com este desempenho, por sua vez, conforme os dados empíricos da maioria dos países indicaram, depende, em larga medida, da satisfação com o desempenho da economia”.⁹

Considerando a pesquisa de Gunther e Monteiro sobre as três atitudes em relação à democracia, pode-se ponderar que a legitimidade da democracia está muito relacionada ao desempenho econômico de um governo. No caso específico de nossa pesquisa, em relação aos 30 anos de democracia brasileira, pode-se incluir o Brasil dentre estas conclusões, no

⁸ Ibidem, p. 7-8.

⁹ Ibidem, p. 33.

que diz respeito às três atitudes e às aproximações das implicações teóricas do estudo dos autores referidos. O Brasil é um dos novos regimes democráticos, que igualmente passou por um longo período de governos autoritários e que começou na década de 80 o processo de transição para a democracia, culminando em 1989 com a primeira eleição direta para presidente da República.

Apresentamos, a seguir, os parâmetros e o método usado para analisar três fatos na trajetória dos 30 anos de democracia no Brasil. Em nosso entendimento, esses fatos estão localizados em três tempos importantes da história recente brasileira: no início (Eleições, 1989), quase no meio (Plano Real, 1994) e mais para o fim (Programa Bolsa Família, 2013), que se tornaram constituintes das instituições e deram legitimidade ao processo de democratização do País. É um retrato que nos dá um diagnóstico em três dimensões da evolução da experiência da democracia brasileira: a dimensão política, econômica e social.

Três fatos constituintes dos 30 anos de democracia brasileira: eleição direta, plano real e bolsa família

A pesquisa consiste num estudo de conteúdo sobre os editoriais de jornais brasileiros em diferentes estados, suas ideologias e seus posicionamentos no tratamento de três fatos que marcaram os 30 anos de Democracia no Brasil.

A escolha dos fatos está relacionada à dimensão da legitimidade da Democracia, como um dos focos relevantes no contexto dos 30 anos de Democracia no Brasil. O primeiro fato diz respeito à primeira eleição direta em 1989, após 21 anos de ditadura militar, como um marco no exercício do voto popular, sendo uma das constituintes da legitimidade democrática. O segundo fato escolhido foi a implementação do Plano Real (fevereiro de 1994), considerando que o descontrole da inflação causava uma insegurança na sociedade, tendo o referido plano econômico uma finalidade de estabilidade monetária. Por fim, a escolha do fato do aniversário do Programa Bolsa Família, no seu 10º ano de vigência (2013), mostra o grau de inclusão social e a consequente satisfação com o sistema democrático.

O objetivo da pesquisa é analisar o posicionamento da imprensa, no que diz respeito aos três fatos: eleição direta em 1989, implementação do Plano Real em 1994 e 10º ano de implementação do Programa Bolsa Família (2013), para aferir o grau de legitimidade do sistema democrático brasileiro.

Parametrização para aferir editoriais dos jornais

A metodologia adotada para proceder à observação de jornais publicados foi selecionar editoriais de cada fato: Eleição de 1989, Plano Real (1994) e Bolsa Família (2013).

Inicialmente, a pesquisa dos jornais ocorreu no *Museu da Comunicação Hipólito José da Costa*, em Porto Alegre. No entanto, a pesquisa pode prosseguir no Museu por questões práticas, como o excesso de tempo necessário para a análise presencial dos editoriais, a burocratização para o acesso ao Museu, os horários disponíveis e a baixa quantidade de jornais, com editoriais nos períodos selecionados para a pesquisa. A pesquisa se deslocou então para o campo digital, mais especificamente, na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital (BND). No entanto, o acervo disponível na Biblioteca não continha exemplares suficientes para a pesquisa nos períodos selecionados. Os únicos jornais disponíveis digitalmente na BND eram o *Jornal do Comércio* e o *Jornal do Brasil*, que foram analisados na pesquisa. Os outros editoriais, presentes neste artigo, foram retirados dos acervos dos próprios sites desses jornais, como é o caso do *Jornal O Globo*, da *Folha de S. Paulo* e do jornal *O Dia*.

Portanto, o primeiro **critério para a escolha dos jornais** foi a disponibilização do acervo digital no período pesquisado; depois, o critério quantitativo, isto é, os jornais que tivessem o mínimo de cinco (5) editoriais sobre o tema pesquisado. O **critério para a seleção dos editoriais** baseou-se no seguinte aspecto: Quando a Eleição, ou o Plano Real, ou o Bolsa Família era o foco central do Editorial.

O total de jornais consultados foi de 15 (quinze): Dez (10) no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa e cinco (5) nos acervos disponíveis na internet. Porém, dos 15 jornais acessados optou-se pela seleção de quatro (4) para atender os nossos objetivos: *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comercio*, *O Dia* e *O Globo*.

Quanto ao **método de análise do conteúdo** dos editoriais, cabe inicialmente observar que, na obra *A opinião do jornalismo brasileiro*, o autor esclarece que o editorial,

[...] nas sociedades capitalistas, reflete não exatamente a opinião dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. Além dos acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço, além de traços do aparelho burocrático do Estado que exerce grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exerce no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro.¹⁰

Os editoriais dos jornais, segundo Beltrão (1980), podem ser dos seguintes tipos: a) “Preventivo”, quando focaliza aspectos novos que podem produzir mudanças; b) “De ação”, quando apreende o impacto de uma ocorrência; c) “De consequência”, quando aponta para repercussões e efeitos.¹¹ Seguindo esta classificação, propomos a seguinte metodologia de identificação da posição do editorial dos jornais:¹²

1 – De quem ou do que o editorial fala?

2 – Se for sobre um dos assuntos do nosso interesse, por que ele fala do assunto?

3 – Qual a “espécie” de editorial (preventivo, de ação ou de consequência)?

4 – As mudanças produzidas são consideradas positivas? (Se for preventivo); ou os impactos da ocorrência são positivos? (Se o editorial for de ação); ou as consequências são consideradas positivas? (Se o editorial for de consequência).

5 – Se os aspectos forem considerados negativos, nos três tipos de editoriais: O jornal defende o tema (Eleição direta, Plano Real ou Bolsa Família) apesar desses aspectos?

¹⁰ MELO, José Marques de. *A opinião do jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 79.

¹¹ *Ibidem*, p. 61.

¹² Cabe frisar que nesse método de análise de conteúdo buscamos apenas identificar os indicadores da posição do jornal, ao invés de fazer uma análise exaustiva do conteúdo dos editoriais, que desviaria o foco da nossa delimitação do campo específico da pesquisa. Analisar o conteúdo dos editoriais implicaria uma outra pesquisa que poderá ser objeto de futuras investigações.

- Se ele não defender, provavelmente, vai exigir do governo alguma alternativa, ou o próprio editorial irá propô-la.
- Se defender o tema, apesar dos aspectos negativos, classificar como “a favor”: Um jornal pode criticar a forma como o processo eleitoral ocorre, mas no fim deixar claro que as eleições diretas ainda assim são a melhor opção, por exemplo.
- Se os aspectos forem positivos e o jornal defender o tema, classificar como “a favor”.
- Se não defender o tema e os aspectos forem negativos, classificar como “contra”.
- Se o jornal apontar aspectos positivos e negativos e não oferece um posicionamento sobre eles, classificar como “misto”.

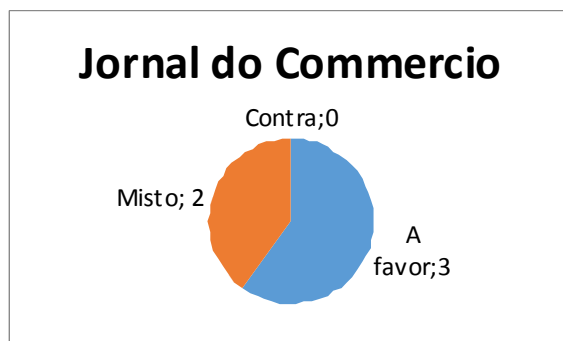
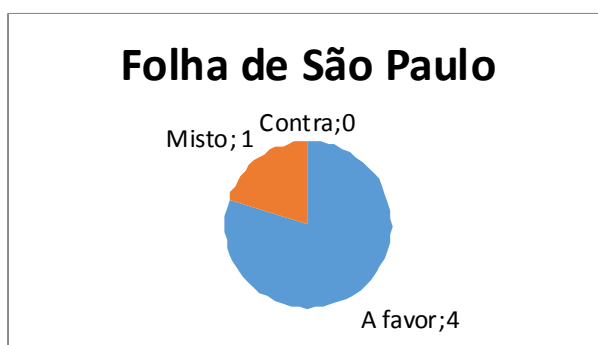
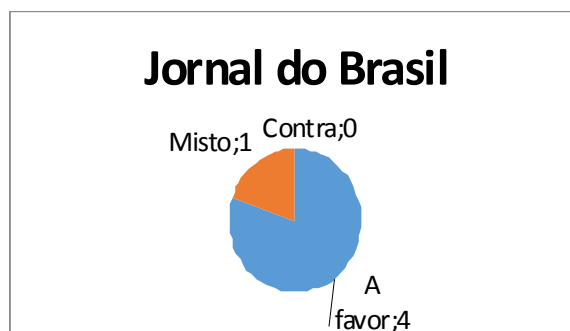
Usamos como **referenciais teóricos** autores como Luiz Beltrão, *Jornalismo opinativo* (1980); José Marques de Melo. *A opinião do jornalismo brasileiro* (1985) para analisar o conteúdo dos editoriais dos jornais; e Richard Gunther e José Ramón Monteiro e seu artigo “Legitimidade política em novas democracias” (2003), entre outros, visando a demonstrar a relação entre os editoriais dos jornais e seu posicionamento para legitimar a Democracia.

Gráficos e tabelas da pesquisa¹³

O **método de tabulação** utilizado foi o preenchimento da planilha Excel (ver anexo), na qual foram inseridos os editoriais observados e as três perguntas a respeito dos três fatos e o posicionamento do jornal: A favor, contra ou misto? O estudo empírico identificou o posicionamento dos editoriais dos jornais selecionados, conforme os gráficos abaixo descritos:

¹³ Agradecemos ao Prof. André Salata (PPG Ciências Sociais PUCRS) pela assessoria prestada na elaboração dos parâmetros para coleta dos dados da pesquisa.

1) Primeira eleição direta



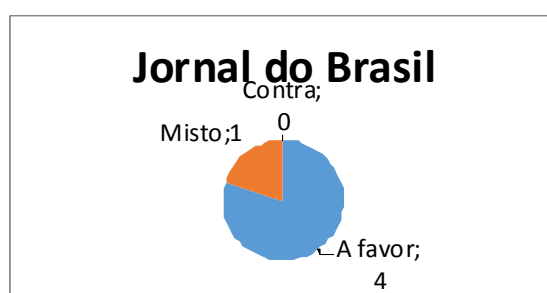
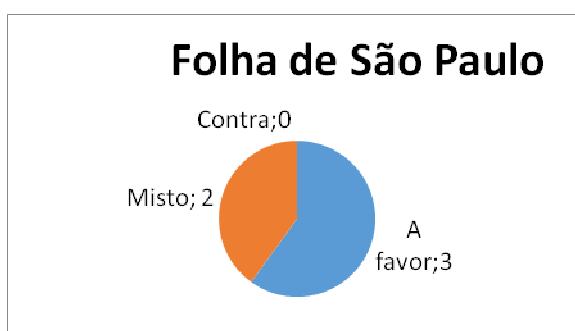
Primeira eleição direta pós-ditadura (1989): No primeiro período selecionado para a análise, a primeira eleição direta, em 1989, a pesquisa empírica foi realizada nos seguintes jornais: Jornal do Brasil (RJ),¹⁴ Folha de S. Paulo¹⁵ e Jornal do Commercio (RJ).¹⁶

¹⁴ Fundado em 1891, o Jornal do Brasil (RJ) esteve presente em todas as crises políticas do século XX, sendo acusado de apoiar a ditadura militar. Em 2010, deixou de ser impresso e passou a ser distribuído exclusivamente em formato digital.

¹⁵ Fundada em 1921, a Folha de S. Paulo buscava representar a classe trabalhadora urbana da cidade. É acusada de ter colaborado com o regime militar no Brasil. Atualmente, é o segundo maior jornal em circulação do País.

No Jornal do Brasil, foi verificado que dos 5 editoriais analisados, 4 eram a favor das eleições diretas e 1 misto. Na Folha de S. Paulo os números se repetem, 4 editoriais foram a favor e 1 foi misto. Já no último jornal analisado daquele período, o Jornal do Commercio, 2 editoriais foram classificados como misto e 3 como a favor.

2) Plano Real



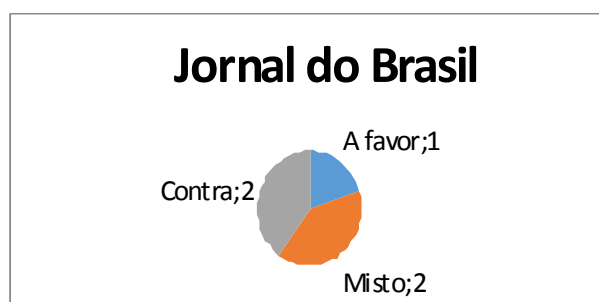
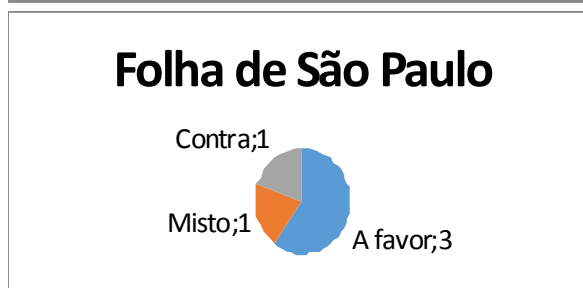
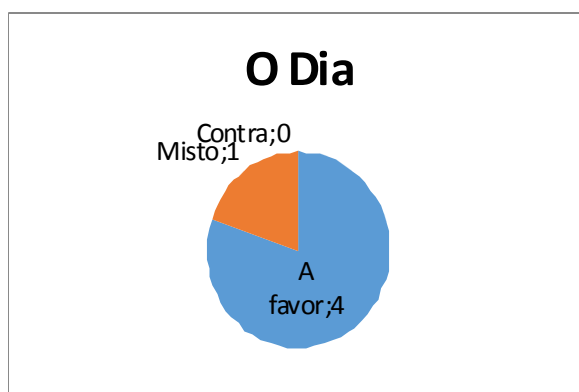
Implementação do Plano Real (1994): No período do Plano Real, segundo período selecionado para a realização da pesquisa empírica, os

¹⁶ É um dos jornais em circulação mais antigos da América Latina, tendo sido fundado em 1824. Seu foco é voltado para questões econômicas e atualmente é disponibilizado principalmente por meio digital.

jornais analisados foram: Jornal do Commercio (RJ), Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil (RJ).

No Jornal do Commercio todos os 5 editoriais selecionados para a análise foram classificados como misto. Na Folha de São Paulo, 3 dos editoriais foram a favor e 2 mistos. Já no Jornal do Brasil, 4 foram classificados como a favor e 1 classificado como misto.

3) Programa Bolsa família



10º ano Implementação do Programa Bolsa Família (2013): No ano do aniversário de 10 anos do Bolsa Família, terceiro período que foi analisado,

foram selecionados os jornais O Dia (RJ),¹⁷ Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil (RJ).

No jornal O Dia, 4 dos 5 editoriais analisados foram classificados como a favor do Bolsa Família e 1 foi misto. Na Folha de S. Paulo, 3 editoriais foram a favor, 1 contra e 1 misto a respeito do programa Bolsa Família. Já no Jornal do Brasil, 2 foram classificados como contra, 1 como a favor e 2 mistos.

Descrição e análise dos resultados

A pesquisa analisou três jornais de cada evento escolhido ao longo dos 30 anos de democracia no Brasil, coletando cinco editoriais de cada jornal. No tema das *eleições diretas*, os seguintes jornais foram analisados, no período de 1º/8/1989 até o dia das eleições (15/10/1989): 1) Jornal do Brasil; 2) Folha de S. Paulo; 3) Jornal do Commercio. Na *estabilização monetária*, no período de 1º/3/1994 (data da criação do URV, último passo de transição ao Real) até 15/7/1994, analisamos os seguintes jornais: 1) Jornal do Brasil; 2) Folha de S. Paulo; 3) Jornal do Commercio. Por fim, na análise dos 10 anos de Bolsa Família, a pesquisa consultou os jornais: 1) O Dia; 2) Folha de S. Paulo; e 3) Jornal do Brasil.

Partindo do pressuposto de que os editoriais dos jornais expressam a opinião pública mais ou menos geral do momento e do cenário vigente na época da primeira eleição direta, em 1989, constata-se que 76,5% dos editoriais são “a favor” da legitimidade democrática, ou seja, se somarmos esse percentual com as opiniões mistas (26,5%), que fazem apenas ponderações sobre a forma de organização das eleições e não são contra a eleição, temos um apoio majoritário à democracia (Ver pesquisa abaixo, item 2).

No que diz respeito ao Plano Real implantado em 1994 e que tinha por objetivo a estabilização monetária, as opiniões manifestam-se 46,5% a favor, 53,5% misto e nenhuma contra. Havia uma situação de instabilidade devido à inflação histórica no País e, após várias tentativas de mantê-la sob controle, havia muita dúvida sobre o sucesso do novo plano. Daí esta opinião mista dos

¹⁷ Fundado em 1951, o jornal *O Dia* passou por diversas mudanças de donos e por linhas editoriais. Também é conhecido por apoiar o golpe de Estado de 1964. Cabe informar que foi trocado o Jornal do Commercio pelo Jornal O Dia, porque aquele não está disponibilizado em formato digital na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital (BND).

editoriais manifestando-se a favor, porém, com muitas inquietações e receios dos perigos e riscos a respeito do Plano Real. Depois da implantação, verificou-se uma efetiva estabilização na moeda e economia brasileira, o que deu legitimidade à democracia brasileira no período. A constatação desta variável aproxima a análise de Gunther e Monteiro (2003) ao caso do Brasil, confirmando que a satisfação com a democracia depende sobretudo do desempenho da economia.

Enfim, quanto ao Programa Bolsa Família, não obstante a maioria dos editoriais manifestarem-se favoravelmente (53,5%), foi o único fato avaliado que apresentou editoriais contra (26%) a tal programa de inclusão social. Esta variável diz respeito à satisfação ou insatisfação com o desempenho do governo em resolver os problemas das necessidades dos cidadãos. De um lado, há a opinião favorável ao Plano Bolsa Família, enquanto procura dotar os cidadãos de uma renda mínima para educação, saúde e alimentação; de outro, há uma opinião contrária, manifestando a insatisfação, em relação às instituições democráticas, para tornarem as pessoas verdadeiros cidadãos, por exemplo, no título do editorial: “Muito recurso, pouca cidadania” do Jornal do Brasil de 7 de outubro de 2013. Há uma comparação entre a realidade e o desejo do que deveria ser uma sociedade democrática integral.

Assim, o resultado quantitativo da análise se encontra no quadro abaixo:

ELEIÇÕES DIRETAS				
Tema	Jornal	A favor	Contra	Misto
Eleições Diretas	Jornal do Brasil	4	0	1
Eleições Diretas	Folha de S. Paulo	4	0	1
Eleições Diretas	Jornal do Comercio	3	0	2
		Total: 11	0	4
		Percentual: 73,5 %	0 %	26,5%
PLANO REAL				
Tema	Jornal	A favor	Contra	Misto
Plano Real	Jornal do Brasil	4	0	1

Plano Real	Folha de S. Paulo	3	0	2
Plano Real	Jornal do Comércio	0	0	5
		Total: 7	0	8
		Percentual: 46,5 %	0 %	53,5 %
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA				
Tema	Jornal	A favor	Contra	Misto
Bolsa Família	O Dia	4	0	1
Bolsa Família	Folha de S. Paulo	3	1	1
Bolsa Família	Jornal do Brasil	1	2	2
		Total: 8	3	4
		Percentual: 53,5 %	20 %	26,5 %

Dos resultados, é importante ressaltar como cada jornal se comprometeu com os assuntos. Começando pelas *Eleições Diretas*:

- o **Jornal do Brasil** publicou quatro artigos favoráveis às eleições democráticas e apenas um artigo de opinião mista, problematizando a forma como as eleições foram organizadas, no dia 15/10/1989;
- a **Folha de S. Paulo**, assim como o Jornal do Brasil, publicou apenas um editorial com opinião mista e outros quatro a favor das Eleições Diretas. O artigo misto tratava do mesmo problema analisado pelo Jornal do Brasil: a candidatura repentina de Sílvio Santos e a organização das eleições;
- o **Jornal do Comercio**, por sua vez, escreveu três artigos favoráveis às eleições e dois mistos. Os três primeiros, de 8/10 a 26/10, foram favoráveis, enquanto os dois últimos, respectivamente nos dias 10 e 14 de novembro, nas vésperas das eleições, levantaram questões sobre a representação política e sobre se as eleições causariam alguma mudança efetiva na crise que afetava o Brasil no período.

No *Plano Real*, os jornais demonstraram um posicionamento mais claro:

- o **Jornal do Brasil** assumiu, em todos os editoriais (com apenas uma exceção, como consta a seguir), um posicionamento clara e assumidamente favorável à estabilização monetária, por meio do Plano Real. Em apenas um editorial, em 1º/4/1994, o jornal manifestou uma postura mista, apontando possíveis problemas que poderiam ocorrer, após a nova moeda entrar efetivamente em circulação;
- a **Folha de S. Paulo** também manifestou apoio à estabilização, como ficou evidente no editorial de título sugestivo “Equilíbrio já”. No entanto, três dos editoriais analisados são favoráveis e dois mistos. A preocupação da Folha, assim como a do Jornal do Brasil, parecia estar relacionada ao modo como o governo faria a transição e como o mercado reagiria a ela;
- o **Jornal do Commercio**, por sua vez, assumiu uma posição mista nos cinco editoriais analisados. Uma das principais questões levantadas pelo jornal foi a forma, nos termos do jornal, “irresponsável” com a qual o governo tratou o tema, tornando uma espécie de “crime” falar sobre as “consequências negativas e inevitáveis” que o plano causaria a curto e médio prazo. Mesmo afirmando que a estabilização monetária era necessária, o jornal manteve uma postura “desconfiada” perante o Plano Real.

Por fim, sobre dez anos do *Programa Bolsa Família*:

- o jornal **O Dia** publicou cinco editoriais favoráveis e um misto sobre o Bolsa Família, apontando para os problemas sociais que o programa ajudou a diminuir, sendo uma peça essencial para isso;
- a **Folha de S. Paulo** publicou um editorial contra o Bolsa Família, um misto e três a favor, em períodos de tempo distantes um do outro. Isso pode indicar um reconhecimento momentâneo dos benefícios do programa e também uma crítica política ao modo como o programa, sozinho, não resolve o problema da miséria no Brasil;
- o **Jornal do Brasil** publicou, em um período de tempo relativamente próximo (junho e outubro de 2013), dois artigos contrários ao Bolsa Família, questionando a suposta compra de votos do PT e a falta de

incentivo à cidadania, que o programa incentivaria ao apenas ajudar os mais necessitados. Em outros dois arts., em 2010 e em 2014, o jornal apresenta uma posição mista e, em um único artigo em janeiro de 2014, o programa é destacado apenas sob os seus aspectos positivos.

Após apresentarmos a pesquisa de conteúdo de editoriais dos jornais, a partir da amostra de três fatos, segue-se um balanço avaliativo desse período, apontando padrões e tendências de nossa democracia.

Trinta anos de democracia: estabilidade e inclusão

O legado dos 30 anos de democracia pode ser caracterizado a partir de nossa pesquisa em três aspectos: estabilidade institucional, estabilidade monetária e inclusão social:¹⁸

a) *estabilidade institucional*: o ponto de partida da estabilidade institucional foi a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, constituindo-se o marco histórico do começo do maior período de duração do regime democrático do País. Ao longo daquele período, o país viveu muitos momentos de tensão e contradição, por exemplo: a incontrolável inflação de 1985 a 1994, com a implantação de sucessivos planos econômicos (Cruzado I e II (1986), Bresser (1987), Collor I (1990) e Collor II (1991). A destituição, por *impeachment*, do primeiro presidente da República eleito, após o término de 21 anos de ditadura militar. Os graves escândalos de corrupção como dos “Anões do Orçamento” e os mais recentes, os “Mensalões”, a “Operação Lava Jato” e o “Zelotes”. “O Brasil sempre fora o país dos golpes de Estado, da quartelada, das mudanças autoritárias das regras do jogo. Desde que Floriano Peixoto deixou de convocar eleições presidenciais, ao suceder a Deodoro da Fonseca, até a Emenda Constitucional nº 1, quando os ministros militares impediram a posse do vice-presidente, o golpismo foi uma maldição da República”.¹⁹ Todas essas crises foram e estão sendo enfrentadas e superadas dentro do quadro da legalidade constitucional, afirma o ministro Barroso. A

¹⁸ BARROSO, Luís Roberto. *O legado de trinta anos de democracia e os desafios pela frente*. Conferência. Harvard University, USA, 2015.

¹⁹ BARROSO, op. cit., 2015.

estabilidade institucional garante a legitimidade e o apoio ao regime democrático por parte dos cidadãos;

b) *estabilidade monetária*: o Plano Real foi implantado a partir de 1º de julho de 1994, quando Fernando H. Cardoso era ministro da Fazenda, tendo alcançado o controle da inflação, dando início a uma fase de estabilidade monetária, com desindexação da economia e busca de equilíbrio fiscal. Antes disso, os preços oscilavam diariamente, corroendo o poder de compra do salário dos trabalhadores, que se desvalorizava a cada hora. Generalizou-se o uso da correção monetária, ou seja, o reajuste periódico de preços, créditos e obrigações, de acordo com determinado índice, o que realimentava o processo inflacionário.²⁰ Conforme a pesquisa de Gunther e Monteiro, reconstituída acima, analisando as três atitudes em relação à democracia, conclui-se que a legitimidade da democracia está muito relacionada ao desempenho econômico de um governo. Então, a legitimidade destes 30 anos de democracia está muito vinculada à estabilidade monetária do período;

c) *inclusão social*: a pobreza e a desigualdade são as marcas da exclusão social brasileira. Os dados do Ipea mostram um avanço significativo de inclusão social durante este período de redemocratização: no período compreendido de 1985 a 2012, quase 25 milhões de pessoas saíram da pobreza e, aproximadamente 14 milhões, não estão mais em condições de miséria. O Programa Bolsa Família, implantado em 2003, a partir do início do governo Lula, unificou e ampliou diversos programas sociais existentes. É um programa de transferência de renda que exige essas contrapartidas: os filhos das famílias beneficiadas devem estar matriculados na escola e ter uma frequência mínima de 85%; mulheres grávidas devem estar em dia com os exames pré-natal; crianças devem estar com a carteira de vacinação também atualizada. Após uma década de funcionamento do Bolsa Família (2013), são atendidas 13,8 milhões de famílias, ou seja, 50 milhões de pessoas, correspondendo a um quarto da população brasileira.

Nesses últimos 30 anos, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi o que mais cresceu entre os países da América Latina e do Caribe:

²⁰ BARROSO, op. cit., 2015.

os brasileiros ganharam 11,2 anos de expectativa de vida e viram a renda aumentar em 55,9%. Na educação, a expectativa de estudo para uma criança que entra para o ensino em idade escolar cresceu 53,5% (5,3 anos). Segundo dados do IBGE/PNAD, 98,4% das crianças em idade compatível com o ensino fundamental (6 a 14 anos) estão na escola.²¹

Pode-se concluir que nossa pesquisa sobre os *30 anos de jornalismo e democracia no Brasil: legitimidade política, econômica e social*, dá indício a uma legitimidade democrática com o apoio dos cidadãos à estabilidade institucional, e aponta para uma possível satisfação com a estabilidade monetária e o reconhecimento do avanço na inclusão social.

ANEXO

1 – Eleição Direta

Jornal do Brasil	Fato: Primeira eleição direta	Data	Editorial	Qual a posição do editorial a respeito da eleição direta?	Contra	A favor	Misto
		01/10/1989	Hora da Raiva				1
		05/10/1989	Sonho Adiado				1
		15/10/1989	Cabeças Trocadas				1
		31/10/1989	Corrida no Vácuo				1
		15/11/1989	Contradições Republicanas				1
			TOTAL:		0	4	1
Folha de São Paulo	Fato: Primeira eleição direta	Data	Editorial	Qual a posição do editorial a respeito da eleição direta?	Contra	A favor	Misto
		03/10/1989	Miséria de uma campanha				1
		12/10/1989	Mediocridade eleitoral				1
		26/10/1989	Debates livres				1
		02/11/1989	Censura eleitoral				1
		15/11/1989	Hora da decisão				1
			TOTAL:		0	4	1
Jornal do Comércio	Fato: Primeira eleição direta	Data	Editorial	Qual a posição do editorial a respeito da eleição direta?	Contra	A favor	Misto
		08/10/1989	Igreja e Estado				1
		14/10/1989	Elefante incômodo				1
		26/10/1989	Candidaturas vazias				1
		10/11/1989	O ocaso da representação				1
		14/11/1989	Órfãos da crise				1
			TOTAL:		0	3	2

²¹ BARROSO, op. cit., 2015.

2 – Plano Real

Journal do Commercio	Fato: Plano Real - Estabilidade monetária	Data	Editorial	O jornal acredita que o Plano Real gerará estabilidade monetária?	Contra	A favor	Misto
		01/03/1994	A batalha da URV				1
		16/04/1994	Negociando o que é negociável				1
		28/05/1994	O Aval do exterior				1
		26/06/1994	O perigo de pensar... e dizer				1
		02/07/1994	Nova realidade				1
				TOTAL:	0	0	5
Folha de São Paulo	Fato: Plano Real - Estabilidade monetária	Data	Editorial	O jornal acredita que o Plano Real gerará estabilidade monetária?	Contra	A favor	Misto
		23/02/1994	Equilíbrio já				1
		01/03/1994	Sem medo da URV				1
		11/04/1994	Canoa furada				1
		30/06/1994	Sem lua-de-mel				1
		12/07/1994	O preço dos juros				1
				TOTAL:	0	3	2
Jornal do Brasil	Fato: Plano Real - Estabilidade monetária	Data	Editorial	O jornal acredita que o Plano Real gerará estabilidade monetária?	Contra	A favor	Misto
		23/02/1994	Hora da Verdade				1
		01/03/1994	Futuro à Vista				1
		01/04/1994	Prova do Risco				1
		17/06/1994	Inflação e Preços				1
		01/07/1994	Com os pés no chão				1
				TOTAL:	0	4	1

3 – Programa Bolsa Família

O Dia	Fato: 10º aniversário Bolsa família	Data	Editorial	Qual a posição do editorial a respeito do Bolsa Família?	Contra	A favor	Misto
		03/08/2013	Graças e desafios da saúde				1
		14/09/2013	Brasil derrota vergonha				1
		27/07/2014	Os dois lados do avanço do IDH				1
		01/02/2014	Analfabetismo não é um beco sem saída				1
		12/09/2014	O drama do trabalho infantil das meninas				1
					0	4	1
Folha de São Paulo	Fato: 10º aniversário Bolsa família	Data	Editorial	Qual a posição do editorial a respeito do Bolsa Família?	Contra	A favor	Misto
		31/03/2015	Dieta sem miséria				1
		19/04/2013	Brasil sem esmola				1
		22/05/2013	Miséria desvalorizada				1
		31/07/2013	Brasil melhor				1
		10/10/2013	Uma década de Bolsa Família				1
				TOTAL	1	3	1
Jornal do Brasil	Fato: 10º aniversário Bolsa família	Data	Editorial	Qual a posição do editorial a respeito do Bolsa Família?	Contra	A favor	Misto
		21/06/2013	A quem interessa a radicalização?				1
		12/12/2010	Exemplo de inclusão social				1
		07/10/2013	Muito recurso e pouca cidadania				1
		03/01/2014	"The Economist" destaca "ano com eleição imprevisível" no Brasil				1
		01/08/2014	Não era o deputado que tinha que desistir				1
				TOTAL	2	1	2

Referências

BARROSO, Luís Roberto. *O legado de trinta anos de democracia e os desafios pela frente*. Conferência. Harvard University, USA, 2015. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI219337,71043-Ministro+Barroso+O+legado+de+30+anos+de+democracia+e+os+desafios+pela>>.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

GUNTHER, Richard; MONTEIRO, José Ramón. Legitimidade política em novas democracias. *Opinião Pública*, Campinas, v. IX, n. 1, 2003, p. 01-43.

MELO, José Marques de. *A opinião do jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

PEREIRA, Rose Mary Ferreira; ROCHA, Thaís Ferreira da. *Discurso midiático: análise retórico-jornalística do gênero editorial*. Dissertação (Mestrado) – Maceió/AL, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), 2006.

Fontes de consulta dos jornais:

Acervo do Jornal do Brasil na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital: Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&p-esq=>>.

Acervo do Jornal do Commercio na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital: Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=170054_02&pasta=ano%20198&p-esq=>>.

Acervo do jornal Folha de São Paulo: <<http://acervo.folha.com.br/>>.

Acervo do Jornal O Dia: <<http://odia.ig.com.br/>>.